

ISSN 1808678-0



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR
01330-000 SÃO PAULO SP
www.fgv.br/direitogv
publicacoes.direitogv@fgv.br

v.6 n.2 : março 2009

Cadernos DIREITOGV

**UMA CONVERSA SOBRE DIREITO
SOCIETÁRIO COMPARADO COM
O PROFESSOR KLAUS HOPT**

Viviane Muller Prado (*coord.*),
Rafael de Almeida Rosa Andrade, Gisela Mation,
Jessica Winge, Luiza Vasconcelos

ENTREVISTA **28**
v.6 n.2 : março 2009



CADERNOS DIREITO GV

v.6 n.2 : março 2009

PUBLICAÇÃO DA **DIREITO GV**
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ISSN 1808-6780

OS CADERNOS DIREITO GV TÊM COMO OBJETIVO PUBLICAR RELATÓRIOS DE PESQUISA E TEXTOS DEBATIDOS NA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO. A SELEÇÃO DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DA COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES DA DIREITO GV.

EDITOR

DESDE 2004, **JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ**

DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV
Todos os direitos desta edição são reservados à **DIREITO GV**

DISTRIBUIÇÃO

COMUNIDADE CIENTÍFICA

ASSISTENTE EDITORIAL

FABIO LUIZ LUCAS DE CARVALHO

TRADUÇÃO

RENATO REZENDE

PROJETO GRÁFICO

ULTRAVIOLETA DESIGN

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

COPIBRASA

DATA DA IMPRESSÃO **MARÇO/2009**

TIRAGEM **500**

PERIODICIDADE **BIMESTRAL**

CORRESPONDÊNCIA

PUBLICAÇÕES DIREITO GV

RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR

01330-000 SÃO PAULO SP

WWW.FGV.BR/DIREITOGV

PUBLICACOES.DIREITOGV@FGV.BR

CADERNOS DIREITO GV

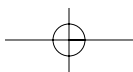
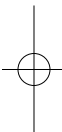
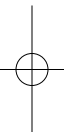
v.6 n.2 : março 2009

UMA CONVERSA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO COMPARADO COM O PROFESSOR KLAUS HOPT

Viviane Muller Prado (*coord.*),
Rafael de Almeida Rosa Andrade, Gisela Mation,
Jessica Winge, Luiza Vasconcelos



ENTREVISTA **28**
v.6 n.2 : março 2009



O Professor Klaus J. Hopt é diretor emérito do *Max-Planck-Institute of Comparative and Private International Law*, em Hamburgo (Alemanha), com ampla atividade acadêmica internacional em matéria societária e de mercado de capitais. Tem papel importante no debate europeu destes assuntos, tendo sido membro do *High Level Group of Company Law* da Comissão Européia, grupo de juristas que apresentou estudo sobre as necessidades para a modernização do quadro regulatório europeu sobre direito societário e governança corporativa.¹ Além disso, é autor de inúmeras publicações em direito empresarial, societário, bancário e mercado de capitais.

Ao saber da passagem do Professor Klaus Hopt por São Paulo e após ele aceitar proferir palestra na DIREITO GV, em 17 de setembro de 2007, sobre a modernização do direito societário na perspectiva transatlântica,² surgiu a idéia de repetir uma experiência interessante da nossa Escola:³ a realização de entrevista para posterior publicação. A proposta era ter uma conversa sobre temas relevantes do direito societário para maior compreensão das questões que palpitam no debate europeu e na perspectiva transatlântica do Professor Klaus Hopt.

Ao contatá-lo, o Professor Hopt gentilmente aceitou o convite para a entrevista e nos enviou dois textos de sua autoria que julgou relevantes para a colocação de seu ponto de vista sobre os temas societários. São eles:

- 1) HOPT, Klaus J. Corporate law, corporate governance and takeover law in the European Union Stocktaking. Reform, problems and perspectives.

In: (2007) 20 *Australian Journal of Corporate Law* 244-264; e

- 2) HOPT, Klaus J. Comparative Company Law.

In: M. Reimann, K. Zimmermann (eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*, Oxford (Oxford University Press) 2006, p. 1161-1191.

A Professora Viviane Muller Prado, juntamente com Rafael de Almeida Rosa Andrade, Gisela Mation, Jessica Winge, Luiza Vasconcelos (alunos da DIREITO GV), com base nos textos enviados e nas idéias expostas na sua conferência, formularam questões que lhes pareceram importantes para refletir sobre o direito societário

brasileiro a partir da experiência européia. Apareceram perguntas sobre o processo de harmonização das normas societárias e de mercado de capitais na União Européia, a proteção dos acionistas minoritários, o modelo de disciplina dos grupos societários, a regulação de transações entre partes relacionadas por *disclosure*, os custos e os benefícios da divulgação obrigatória de informações e a auto-regulação. Além destes temas, ao final, ouvimos o Professor Hopt sobre pesquisa e ensino de direito societário comparado.

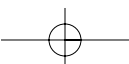
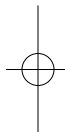
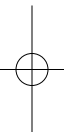
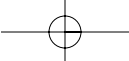
Em tempos de internacionalização do mercado de capitais - por investidores, emissores e intermediários e pelo diálogo entre órgãos reguladores -, dos códigos internacionais de governança corporativa - que trazem regras muito similares - e do método comparativo aparecer cada vez mais em pesquisas empíricas sobre governança corporativa, proteção dos investidores e desenvolvimento do mercado de capitais, a experiência da entrevista com o Professor Klaus Hopt, que mostrou total simpatia em conversar com alunos da DIREITO GV, foi excepcional.

Nesta edição dos *Cadernos DIREITO GV*, segue o resultado possível de ser reproduzido para o papel desta experiência!

ÍNDICE

UMA CONVERSA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO COMPARADO 7
COM O PROFESSOR KLAUS HOPT

NOTAS 27



UMA CONVERSA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO COMPARADO COM O PROFESSOR KLAUS HOPT

Viviane Muller Prado (*coord.*), Rafael de Almeida Rosa Andrade,
Gisela Mation, Jessica Winge, Luiza Vasconcelos

Viviane Muller Prado

Antes de tudo, professor Hopt, gostaria de agradecer ao senhor por nos conceder esta entrevista. Lemos os dois artigos sobre direito societário que o senhor nos indicou,⁴ discutimos os temas mencionados e formulamos algumas questões que nos pareceram importantes para entender a nossa realidade e que nos fazem pensar sobre o desenvolvimento do direito societário brasileiro.

Rafael de Almeida Rosa Andrade

A harmonização da legislação societária aparece como um tema relevante nos seus textos, dada sua fase avançada na União Européia. Por outro lado, o Mercosul, por exemplo, é apenas um acordo comercial regional e ainda está muito longe de ter um processo de harmonização legislativo. Considerando as diferenças entre a União Européia e o Mercosul e outros acordos regionais em estágio inicial de integração econômica, que não possuem uma autoridade supranacional, qual é a importância da harmonização nesses blocos regionais que ainda não são totalmente integrados? É mais vantajosa a existência de competição entre seus membros em relação à legislação societária e de mercado de capital?

Professor Klaus J. Hopt

Você tocou em uma questão acadêmica importante: se é melhor ter harmonização ou competição entre legislações e entidades competentes para elaborá-las. Acredito que é aí que você quer chegar. Bem, existe certa diferença entre o que os economistas e alguns professores de direito americanos – que freqüentemente são economistas – irão dizer e o que os europeus dirão. A maioria

dos economistas está convencida de que é melhor não harmonizar as regras, mas deixar as legislações competirem. Uma colega e amiga minha, Roberta Romano, de Yale,⁵ leva isso ao extremo. Em uma palestra em Hamburgo há alguns anos, ela defendeu que até mesmo a regulação sobre valores mobiliários americana, que é de competência federal, deveria ser elaborada pelos Estados americanos. É claro que isso nunca vai acontecer e também não estou convencido deste argumento porque a história prova que os Estados americanos não competiam na década de 1930, quando a regulação sobre valores mobiliários era necessária, e eles também não serão capazes de lidar com certas dificuldades dos nossos dias. O que não se pode é não ter regulação sobre mercado de valores mobiliários. Isso também é verdade para a União Européia. Não me entenda mal, não estou defendendo que tudo seja harmonizado. É bom que haja diversidade por razões legais, políticas e culturais. Mas quando as economias andam juntas, como na União Européia, você realmente precisa que algumas das regras fundamentais sejam harmonizadas, como, por exemplo, as regras básicas no mercado interno. A tendência dos Estados é usar suas fronteiras como barreira para afastar a concorrência e as empresas estrangeiras, que pretendam comprar empresas locais, e para dificultar a vida daquelas que conseguirem entrar no mercado interno. Faz todo o sentido que eles queiram proteger as empresas locais e a força de trabalho e isso é popular com o seu eleitorado. Entretanto, quando uma região é unificada ou está para ser unificada, é preciso perceber que a harmonização exclui as regras que dificultam a entrada de outras empresas. Por exemplo, algumas regras sobre oferta pública de ações precisam ser harmonizadas; caso contrário, as empresas em outros países não terão possibilidade de entrar já que os políticos fazem o papel de lobistas para a indústria doméstica, como eu mencionei na minha conferência.⁶ Quando uma região está sendo unificada economicamente ou até mesmo politicamente, é preciso que haja alguma harmonização. Isso provavelmente também é verdade para o seu continente, porque todos (menos os profissionais ruins e os preguiçosos) ganham se há competição livre. A resposta é essa. Talvez eu deva adicionar uma coisa. Na sua região, onde a união

política não é tão avançada como na Europa, acho que vocês têm a ganhar com a harmonização de certas regras, por exemplo, as leis uniformes sobre vendas. Leis uniformes sobre vendas provaram ser uma política muito bem sucedida no mundo inteiro e, claramente, não há uma união política no mundo inteiro.

Gisela Mation

Interessante notar como o processo de harmonização aconteceu na Europa, ao ler seu artigo publicado na *The Australian Law Review*. Como este processo poderia acontecer em países sem uma autoridade supranacional?

Professor Klaus J. Hopt

Sem uma autoridade supranacional, é claro, fica mais difícil. Na falta dela, o que fica é o tradicional trabalho do Direito Comparado. O caminho mais comum, neste caso, é que países menores, por serem dependentes dos maiores, tornem-se comparativistas. A Suíça é um grande exemplo na Europa. Primeiramente, a Suíça tem quatro línguas oficiais – italiano, francês, alemão e um dialeto menos popular. Então a comparação já está lá dentro. Algo similar acontece na Bélgica. Mas o trabalho de Direito Comparado também é necessário na Alemanha, França, Itália e outros países grandes. O simples fato de existir contratos empresariais com outros países cria a necessidade de observar o que está acontecendo lá. É claro que essa não é uma harmonização que vem de cima, mas também pode existir harmonização de baixo para cima. Por exemplo, existe um tratado uniforme em relação a letra de câmbio (carta bancária – *bank draft*, *Wechselrecht*). Isso foi feito sem nenhuma autoridade supranacional. Decorreu da necessidade econômica. As empresas queriam garantir que receberiam letras de câmbio de acordo com as mesmas regras, além de ter certeza jurídica em seus negócios. Outro exemplo é o trabalho de harmonização da Câmara Internacional de Comércio em Paris. Eles são muito bem sucedidos em alguns dos seus trabalhos, como a elaboração de regras sobre cartas de crédito (*Akkreditiv*). A “Costumes e Práticas Uniformes para Crédito Documentário”, desde o ano passado a UCP 600, funciona muito bem e faz isso sem

nenhuma intervenção legislativa. A UCP não é uma lei e ninguém é forçado a segui-la. Por outro lado, a Câmara Internacional de Comércio tentou criar costumes e práticas uniformes sobre garantias. Elas foram formuladas, todavia, de maneira muito rígida. A consequência é que as empresas não fizeram uso dela e por isso ela falhou. Veja bem, é preciso se adaptar às necessidades da economia. A partir daí, as coisas funcionam sozinhas.

Rafael de Almeida Rosa Andrade

Como os estudos comparativos devem ser conduzidos em países que estão integrando seus blocos regionais? Qual é o papel desses estudos no desenvolvimento do direito societário e do mercado de capital nesses países?

Professor Klaus J. Hopt

Como jovem advogado, se quiser trabalhar com Direito Comparado, você deve comparar não apenas o direito dos países da América Latina, por exemplo. Foi esse o meu argumento na minha conferência. Você deve observar os Estados Unidos e a União Européia e ver como o direito societário – ou qualquer outra área objeto do teu estudo – funciona nessas sociedades industriais modernas. Assim terá uma idéia sobre possíveis soluções nesses campos e poderá observar as suas experiências, que podem ser boas ou ruins. Você deve evitar imitar cegamente. Essas experiências foram desenvolvidas em determinado contexto histórico, econômico e social. Tente enxergar o que é útil para o seu próprio continente e para o seu país. Essa é a essência do Direito Comparado: aprender com os erros e boas experiências alheias. Você quer desenvolver seu próprio país. Isso é óbvio porque você é brasileiro, tem orgulho do seu país, tem muitos recursos e quer tentar conseguir o melhor. Os legisladores e juízes precisam do seu conselho. Você é de uma geração mais nova e, se souber o que está acontecendo no mundo e o que pode ser feito, poderá lutar por aquilo que considera bom e correto (*aequum et bonum*).

Rafael de Almeida Rosa Andrade

Na sua conferência, o Sr. mencionou dois problemas diferentes de

agência. O primeiro existente entre acionistas e administradores e o segundo relacionado com o conflito entre acionistas minoritários e majoritários. No Brasil, em razão do grande número de companhias com estrutura de capital concentrado, há maior preocupação com o problema de agência entre minoritários e controladores. Nos últimos anos, no entanto, algumas empresas vêm mudando as suas estruturas de propriedade. Atualmente temos, em alguns casos, o segundo problema de agência - entre acionistas e administradores. A pergunta que temos é a seguinte: como os estudos de direito comparado nos ajudam a lidar com esses dois tipos de problemas de agência ao mesmo tempo no mesmo sistema jurídico e que lições podemos aprender da experiência européia nesse assunto?

Professor Klaus J. Hopt

São apenas conflitos diferentes, da mesma forma que é possível encontrar empresas com estruturas de propriedade diferentes. Pode-se e deve-se ter regras para as duas coisas. No seu direito societário certamente existem regras para os dois tipos de comportamento. Regras aplicáveis aos membros do conselho de administração, em relação ao seu comportamento perante os acionistas; regras sobre os direitos dos acionistas, como destituir administradores caso não se comportem da maneira correta; regra sobre responsabilidades dos membros do conselho de administração e coisas assim. Esse é o conflito de agência entre administradores e acionistas. Além disso, também existem regras de proteção aos acionistas minoritários. Por exemplo, o acionista minoritário titular de 5% das ações pode acrescentar um item na ordem do dia da assembléia geral ou adquirir direitos de fiscalização. Algo que se mostrou muito útil para os minoritários é o que chamamos de *Sonderprüfung*. Este é um procedimento de exame especial e tem início por deliberação da assembléia geral ou por iniciativa de acionistas minoritários, se eles acham que há algo errado com a companhia ou grupo de empresas. Mas, é claro, os próprios acionistas não poderão apurar isso. Eles têm o direito de levar o caso ao judiciário. O judiciário irá nomear um examinador especial, normalmente um advogado, contador ou auditor, que terá um mandato e será pago pela empresa. Essa

última informação é crucial: a empresa pagará todos os custos se o procedimento for aprovado pelo judiciário, mesmo que ao final do exame nada de errado seja encontrado. O examinador especial investiga e faz um relatório. O relatório vai para a assembléia geral e eles podem dizer: “Ahá! O conselho está embolsando parte do dinheiro ou de alguma forma desviando fundos para seus membros em detrimento do resto da nossa empresa”. Dessa maneira, os fatos são colocados às claras e, baseados neles, os acionistas minoritários podem decidir ajuizar ação de responsabilidade contra os membros do conselho. Perceba que estas regras para diferentes conflitos de agência coexistem perfeitamente. Há a regra de responsabilidade dos membros do Conselho de um lado, mas também existe o direito dos acionistas minoritários contra os controladores.

Jessica Winge

Considerando a proteção aos acionistas minoritários como assunto específico dos esforços regulatórios europeus e considerando que essa proteção é uma ferramenta contra o abuso dos controladores, como devemos construir essa proteção sem criar a oportunidade para outro tipo de abuso: o abuso dos acionistas minoritários?

Professor Klaus J. Hopt

Essa é uma pergunta interessante! Vocês têm esse problema? Abuso dos acionistas minoritários?

Viviane Muller Prado

É sempre possível. Em certas ocasiões, acionistas minoritários muito participativos ajuízam ações a todo tempo e vão a todas as assembléias de acionistas, mas não agem de acordo com o interesse da companhia. Eles só querem negociar e barganhar com os controladores para obter vantagens pessoais. Às vezes temos que lidar com esse tipo de conflito. Como devemos analisar esse tipo de situação?

Professor Klaus J. Hopt

É difícil responder e não há uma solução perfeita. Temos o mesmo

problema em nosso país. É claro que os advogados de empresas diriam que existem direitos demais que protegem os acionistas minoritários. Mas não é tão fácil assim. É verdade que conferir amplos direitos para os acionistas minoritários pode criar dificuldades. Por exemplo, em nossa experiência alemã, às vezes temos abusos grandes em assembleias gerais. Alguns acionistas são o que chamamos de acionistas predatórios ou saqueadores, que fazem disso uma profissão. Eles compram uma ação e depois fazem dezenas de perguntas detalhadas na assembleia geral. Esperam até que uma dessas perguntas não seja respondida, talvez por ser boba ou repetitiva. É aí que eles se aproveitam de uma regra geral presente em nossa lei acionária que determina que se uma pergunta não for respondida pelo Conselho ou não for respondida de forma completa e correta, a deliberação assemblear pode ser anulada pelo judiciário. Esses procedimentos nos tribunais podem levar muito tempo, algumas vezes cinco anos ou mais. É claro que uma empresa não pode esperar tanto tempo, então ela diz: “Que coisa, nós damos dinheiro para eles e eles ficam quietos”. Então, esse é o problema. Não existe uma solução perfeita para esta questão. Provavelmente são necessários juízes corajosos, porque todas essas questões chegam até o judiciário. É preciso que haja uma regra que permita ao juiz lidar com esses abusos e finalizar um processo caso ele seja claramente abusivo. É importante também que existam regras precisas e que se encorajem juízes a tomarem essas decisões. Em certos casos, os direitos dos acionistas minoritários não são apenas para eles mesmos, mas também relacionados com a atuação dos tribunais. Um exemplo é o exame especial que foi mencionado acima. Os acionistas minoritários têm esse direito, mas o direito deles é levar o caso ao judiciário, que analisará a reclamação. Se ela tiver mérito, o procedimento segue em frente e um examinador especial é escolhido. Caso contrário, ela é descartada. É preciso pensar nessas coisas. Os detalhes são difíceis.

Luiza Vasconcelos

O Sr. disse que, em alguns países – como a Itália, existe a liberdade para se escolher a organização da administração por *one-tier system* ou *two-tier system*. Isto faz com que os investidores

precisem conhecer o tipo de estrutura de administração que a empresa escolheu, além de outras informações sobre a companhia. Dessa forma, acredito que essas situações façam com que o custo das informações seja mais alto. Gostaríamos de saber se esse custo é eficiente ou se não deveríamos ter esse custo? Qual a sua opinião sobre este ponto?

Professor Klaus J. Hopt

Vocês certamente têm um bom professor de direito societário, porque realmente entenderam a questão central da discussão. Você se refere a um problema geral de divulgação de informações (*disclosure*), ou seja, o equilíbrio entre custo e benefício. Uma coisa é certa: nada na vida é sem custo. Você provavelmente já ouviu o *slogan*: “Não existe almoço grátis”. Isso também se aplica à informação e ao seu *disclosure*. Tudo que é valioso custa alguma coisa. Então, a pergunta não é ter ou não informação, mas quais informações e para quem. A esse respeito, é necessário fazer uma distinção entre, de um lado, grandes companhias internacionais de capital aberto e companhias que têm ações negociadas em bolsas de valores e, de outro lado, empresas de pequeno e médio porte (SMEs). A legislação requer mais informação das grandes empresas e isso pode servir como incentivo para empresas ambiciosas entrarem na faixa mais alta de exigência de *disclosure* e, dessa forma, sinalizarem para o mercado que são empresas de ponta. Veja o exemplo da auditoria obrigatória. Os investidores certamente precisam de informações auditadas das grandes empresas. Informações que não são auditadas não são confiáveis. Mas o processo de auditoria custa dinheiro, muito dinheiro. Para as empresas menores isso pode ser caro demais e o legislador seria sábio ao excluí-las do processo de auditoria obrigatória. Ao invés disso, em empresas pequenas, poderia haver mais direitos para os acionistas levarem problemas à análise do judiciário. Em resumo, isso é uma grande verdade: informação custa alguma coisa e é preciso pensar se vale à pena ter o custo dessa informação como parte das despesas da companhia.

Viviane Muller Prado

A lei acionária brasileira possui disciplina específica sobre grupos

societários. Nós adotamos, em parte, o modelo alemão de regras que disciplinam os grupos contratuais, além de termos algumas normas para grupos de fato. Mas os grupos econômicos no Brasil não se organizam como grupos contratuais. Não seria exagero dizer que nossa lei de grupos societários, ou seja, a lei para grupos contratuais, não tem qualquer efeito. Considerando isso, em sua opinião, qual seria o melhor modelo para disciplina os grupos societários: uma teoria geral e regras gerais de direito societário ou regras específicas para diferentes questões como transparência, responsabilidade etc.

Professor Klaus J. Hopt

Esta questão vai até a raiz da disciplina jurídica dos grupos. No Brasil foi seguido o modelo tradicional alemão ao se fazer a distinção entre grupos contratuais e grupos de fato. Nesse caso, como sempre, a resposta varia de acordo com a pessoa a quem se pergunta. Não sou muito a favor de um direito de grupo estrito e codificado como o tipo alemão. É fato que esse modelo é considerado inflexível demais pela maioria de nossos vizinhos na União Européia. Temos um número relativamente pequeno de grupos societários. Nos grupos contratuais, de acordo com as leis alemãs, a controladora é responsável pelos débitos de suas controladas. Há, portanto, proteção tanto para os acionistas minoritários da controlada como para os seus credores. É claro que isso é um peso grande para a controladora. Por isso, deve haver alguns incentivos para que a companhia decida organizar-se como grupo contratual. Normalmente esses incentivos são fiscais. Mas também há outro tipo de incentivo. Você acha que as regras de proteção para os acionistas minoritários são onerosas demais para a controladora? O que fazer? A controladora pode tentar comprar as partes minoritárias e passar a ter 100% da controlada. A possibilidade de excluir (*squeeze-out*) os demais acionistas pode ajudar, mas esse é um processo caro. A alternativa para a controladora seria entrar em uma relação de grupo contratual. O incentivo nesse caso é que a controladora pode administrar a companhia como bem entender e agir no interesse do grupo, sem ter que lidar com os interesses de cada controlada, já que a controladora pagará pelas dívidas

de qualquer forma. Esse é o *quid pro quo*: controle total, mas por determinado preço. Esses são os incentivos e se eles forem bem feitos, certo número de empresas escolherão o formato de grupo contratual. Não tenho os números exatos, mas nós temos alguns grupos contratuais na Alemanha. É verdade que o número de empresas que escolhe o formato de grupo contratual é pequeno, mas isso não é importante. Deixe o mercado decidir. A escolha mais comum, claro, é o grupo de fato.

Há outra questão. Normalmente se afirma que Alemanha, Brasil e alguns outros países têm direito dos grupos enquanto os demais países não. Isso não é verdade. A maioria dos países mais desenvolvidos possui regras sobre grupos em diversas áreas, algumas vezes regras detalhadas e rígidas. Eles apenas não possuem direito dos grupos em uma legislação separada como é o caso da Alemanha, por exemplo. De uma perspectiva funcional, pouco importa se essas regras estão dentro do direito societário ou na regulação do mercado de valores mobiliários ou nas leis bancárias. A questão é o alcance delas, como são aplicadas e ou se realmente são efetivas e aplicadas. Por exemplo, na França e em alguns outros países o direito dos grupos é muito desenvolvido em matéria trabalhista. Na União Européia, existe direito dos grupo com grande alcance dentro do direito bancário e de seguros e há regras específicas para conglomerados financeiros. O direito dos grupos mais antigo e melhor definido está no campo de direito tributário. Todos sabem que as autoridades governamentais são gananciosas, para não dizer vorazes. Ao cobrar impostos considerando apenas empresas individuais, eles estão perdendo receita porque as controladoras decidirão onde os lucros são gerados, dentro de qual empresa do grupo e em que país. Então existem e são necessárias regras de direito dos grupos da perspectiva tributária; são necessárias regras sobre grupo na fiscalização do direito bancário e de seguros, caso contrário haverá falhas. Dependendo do alcance das leis trabalhistas também será necessário ter regras específicas. Em minha opinião, também são necessárias regras de direito dos grupos para credores e acionista.

Viviane Muller Prado

Em uma pesquisa recente na jurisprudência do Superior Tribunal

de Justiça⁷ tentamos encontrar o significado da expressão “grupos societários” nas decisões deste Tribunal brasileiro. A conclusão que chegamos foi a seguinte: quando existe uma relação de controle, entende-se que está formado um grupo e que os acionistas controladores são responsáveis pelos débitos da sociedade controlada. Muitas decisões estão relacionadas com questões tributárias e trabalhistas. Tendo em vista este entendimento da nossa jurisprudência e considerando que as realidades dos grupos econômicos são tão diferentes e complexas, qual deve ser o critério legal para identificar os grupos societários e sua unidade econômica? Poderia ser apenas a relação de controle?

Professor Klaus J. Hopt

Existem basicamente dois conceitos de controle. Em um deles você apenas olha para o número de votos na assembléia geral. Esse basicamente é o conceito norte-americano. Caso você tenha mais de 50%, então você é um acionista controlador; caso tenha menos, você não é. É uma divisão bastante clara e pode-se trabalhar com ela. Mas os grupos se adaptarão a ela e ficarão logo a baixo da linha de controle. Com algumas alianças eles continuarão comandando a sociedade. O conceito tradicional de controle na Alemanha é diferente, ou seja, olhamos para a possibilidade econômica real de exercer controle. É claro que é mais difícil de estabelecer esse conceito e existem mais incertezas, mas é um sistema que realmente entende a idéia da situação de controle. Por exemplo, olhe para as assembléias gerais. Todos sabem que um pequeno minoritário não vai até a assembléia geral. Se ela acontecer em São Paulo e você estiver na cidade, você pode comparecer. Mas na Alemanha, se você mora em Munique e a assembléia geral acontece em Hamburgo, e você tem poucas ações, acabará gastando todo seu lucro apenas para chegar até lá. Pode ganhar algumas salsichas e... (risos). Economicamente falando, não faz sentido. O comportamento racional nesta situação seria ignorar a assembléia geral. Os economistas chamam isso de “apatia racional”. O resultado é que nas assembléias gerais, a porcentagem de comparecimento é muitas vezes baixa – em nosso país às vezes menos de 40%.

É claro que, se apenas 40% dos acionistas comparecem e você possui 21% das ações, você tem a maioria na assembléia geral. Portanto, para estabelecer se existe controle nós levamos em conta o percentual de comparecimento nas assembléias ao longo de alguns anos e dessa forma podemos prever mais ou menos com que porcentagem um acionista possui realmente o controle.

Viviane Muller Prado

Mudando de assunto, gostaria de ouvir a sua opinião sobre o problema relacionado com as teorias dos *shareholders* e dos *stakeholders*. Em seu texto, o Sr. afirma: “Estou convencido de que os acionistas são os que correm maiores riscos e que a proteção ao trabalho é necessária, mas não no texto da lei societária”. Então, a pergunta é a mesma que temos no livro *The anatomy of corporate Law*:⁸ Qual é o objetivo do direito societário? Outra pergunta que eu acredito ser analisada na Alemanha: Como funciona a perspectiva alemã de *Unternehmeninteresse* (interesse da empresa) traduzida para regras de direito societário?

Professor Klaus J. Hopt

Novamente, é preciso dizer que eu talvez não represente o pensamento dominante na Alemanha, porque sempre fui “internacional” e tenho interesse na abordagem funcional. Por exemplo, na perspectiva européia do *High Level Group*, eu representei o caminho mais funcional em oposição à perspectiva *blackletter*. Da mesma forma pensaram meus colegas e amigos nesse grupo. Primeiramente para os acionistas: se a empresa for à falência, os acionistas perdem tudo. É por isso que eles são os que correm os maiores riscos. É claro que são necessárias regras para credores e regras trabalhistas para que eles recebam seu crédito e não percam o emprego. Mas isso não é algo que deve fazer parte da lei societária, em minha opinião. Darei um exemplo concreto. Em muitos países europeus, e recentemente também no Reino Unido, existe uma regra que o Conselho de Administração precisa levar em consideração não apenas o interesse dos acionistas, mas também o interesse dos trabalhadores. Se você exagerar neste entendimento, eles também precisam considerar os interesses ambientais, o interesse

público e talvez até os interesses nacionais. Essa parece uma regra maravilhosa para o Conselho de Administração, justiça para todos, harmonia perfeita. Mas qual é o resultado? Qualquer coisa que for feita pelos membros do conselho é considerada aceitável. Eles podem sempre alegar que agiram de acordo com esse ou aquele interesse. Não há mais nenhuma *accountability*. Então essa regra acaba por não ajudar muito os interesses relacionados com o meio-ambiente ou com os trabalhadores. Veja o meio-ambiente: proteção ambiental é essencial, certamente no seu país. As florestas são um grande problema e certamente esse também é o caso da poluição. Você precisa de leis específicas para lidar com isso. Também são necessários impostos, obrigações e proibições de acordo com o interesse público. Essas regras precisam ser específicas e diretas e não estar em uma norma geral na lei societária. Não pense que eu estou apenas preocupado com os acionistas e as empresas. Tenho orgulho de ser totalmente independente e tenho consciência das necessidades dos outros e da sociedade. Por ter um passado católico, acredito que é preciso fazer algo por essas necessidades. Mas faça isso com eficiência! Por exemplo, determine a proteção dos trabalhadores de maneira correta, com emprego total, boas condições de trabalho e leis trabalhistas decentes. Não se protege apenas aqueles que estão empregados criando regras rígidas, mas sim com regras que mantenham certo nível de competitividade, dando chances àqueles que estão sem emprego de consegui-lo, ou seja, com regras flexíveis e compatíveis com o mercado. Em meu país, as leis trabalhistas são muito inflexíveis. É muito difícil para uma empresa dispensar funcionários. Isso pode soar muito bom como uma maneira de garantir a proteção ao trabalhador, mas a consequência é que as empresas são muito relutantes em contratar novos funcionários. Já que elas não podem saber como o progresso econômico acontecerá, são muito cautelosas. Então, o que conseguem com essas regras protecionistas? Elas protegem os empregados atuais, às custas daqueles que não conseguem emprego. É sempre necessário pensar nesse tipo de efeito colateral de regras e leis protecionistas bem intencionadas.

Gisela Mation

No livro *The anatomy of corporate law*⁹ uma das estratégias legais para lidar com transações entre partes relacionadas é a divulgação obrigatória de tais transações. No Brasil, muitas vezes, não interessa às companhias divulgar as condições dos negócios com partes relacionadas, como também acontece em outros países, sob o argumento de que é preciso proteger a empresa dos concorrentes. Nesse caso há um conflito na proteção dos interesses dos investidores, que querem saber sobre a gestão dos negócios da companhia, e os interesses da companhia, em não revelar informações, alegando a necessidade de se proteger contra seus concorrentes. Considerando esse conflito como devemos limitar a divulgação? Ou não devemos limitá-la?

Professor Klaus J. Hopt

Acho que não existe uma resposta genérica para isso. Depende do caso. É verdade que ao exigir a divulgação de muitas informações você força a empresa a abrir dados que interessarão aos seus concorrentes. Se ela é útil para os concorrentes, a competição diminui porque as empresas ficarão reticentes em investir por causa desse elemento da utilização de informação livre (“free rider”). Darei um exemplo concreto: o procedimento de exame especial que mencionei antes. Digamos que o examinador, designado pelo tribunal para investigar certas irregularidades, descobre certas transações irregulares entre a controladora e sua controlada, ou talvez – o que é ainda mais complicado – entre duas controladas. É possível que ao revelar isso para a assembléia geral – e, portanto, divulgando essa informação para qualquer um – estaria divulgando informações para seus concorrentes e isto seria danoso para a empresa. Portanto, a regra que nós propomos e a regra que existe em alguns países, é que as descobertas de um examinador especial não sejam imediatamente divulgadas em assembléia geral, mas irão primeiro para o tribunal. O tribunal analisa as informações e o pedido da sua não divulgação pode ser feito pela companhia ou pelo Conselho de Administração. Se o tribunal não se considerar capaz de tomar a decisão, ela será deferida por um especialista independente. Mais uma vez,

é importante que a divulgação esteja ligada à responsabilidade. Às vezes, sem essas descobertas os acionistas não têm chances de serem bem sucedidos em um processo de responsabilidade. Como dito anteriormente, uma das funções da divulgação é ajudar no cumprimento das leis.

Jessica Winge

Em sua conferência, o Sr. falou sobre o princípio *one-share-one-vote* como uma prioridade para a União Européia. Considerando o princípio, como o mercado europeu vê as ações sem direito a voto nas perspectivas econômica e jurídica?

Professor Klaus J. Hopt

Esta é uma questão importante. Existem opiniões muito diferentes a este respeito – em geral, entre os economistas –, que dizem, “Deixem que estas ações com direito a voto múltiplo existam e o mercado irá atribuir um certo valor a elas. Todos poderão comprá-las ou não, porque a decisão é do mercado”. Esta posição pressupõe que os mercados sejam realmente eficientes e esta afirmação não é necessariamente verdadeira, especialmente no curto prazo. Também existem muitas manipulações no mercado. Nós simplesmente não temos um mercado completo, perfeito, eficiente e efetivo. Além disso, com frequência, estas ações com direitos a votos múltiplos foram adquiridas bem antes dos mercados de capitais serem desenvolvidos. Mesmo no caso em que as coisas são avaliadas justamente no mercado, você ainda tem o efeito de detrimento das ofertas públicas de aquisição, o que significa dizer que estas empresas não são mais alvo de OPAs. As ofertas públicas são um bom método adicional de governança corporativa e disciplinar do Conselho. O melhor teste para isso é que, como regra geral, administradores não gostam de oferta pública para compra do controle (*take overs*), porque sentem seu trabalho ameaçado e provavelmente manteriam tudo em silêncio às custas de seus acionistas. Esta é mais uma razão para defender o princípio *one-share-one-vote*. A verdadeira questão é se isto pode ser feito por meio de uma harmonização obrigatória em nível europeu. Eu diria que, ao menos neste momento, isto é muito difícil, porque

existem tradições muito diferentes entre os vários Estados membros da União Européia. No meu país, a Alemanha, os legisladores aboliram as ações com direitos a voto múltiplo, claro que não sem a compensação àqueles que as perderam. Aliás, a decisão de qual compensação seria mais justa foi uma tarefa complicada.

Rafael de Almeida Rosa Andrade

Minha pergunta é sobre auto-regulação. Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo criou três segmentos de listagem para negociação ações. Algumas companhias que desejam negociar seus papéis nestes segmentos devem adequar-se às normas específicas de boas práticas de governança corporativa, que vão além das obrigações exigidas na legislação societária brasileira. Nestes segmentos, são auferidos maiores direitos aos acionistas e aprimorou-se a qualidade das informações fornecidas pelas empresas. Esta iniciativa de auto-regulação no Brasil configura-se como uma experiência bem-sucedida. Recentemente, tivemos um “boom” de ofertas públicas, foram 81 em nosso Novo Mercado. Para o mercado brasileiro, a auto-regulação foi uma questão muito importante. Minha pergunta é a seguinte: uma vez que existe um grande interesse público no desenvolvimento dos mercados de capitais brasileiros e na proteção dos investidores, é coerente ter uma abordagem de auto-regulação ou seria mais interessante ter a intervenção do poder normativo do Estado, talvez por nossa agência reguladora do mercado de ações, a CVM?

Professor Klaus J. Hopt

Acho que a melhor resposta é ter os dois. É preciso ter algumas regras fundamentais, porque a auto-regulação sozinha não funciona. Vou dar um exemplo sobre *insider trading* na Alemanha. No início, o tema era disciplinado pela auto-regulação. Eu testemunhei isso quando era assistente e estava escrevendo minha primeira tese sobre isso. A indústria alemã viu que *insider trading* estava se tornando um problema internacional. Então, o que fizeram: criaram um código e a intenção clara era evitar a legislação. Para tal, fizeram só o que consideravam absolutamente

necessário. Todos os outros problemas foram deixados de lado. Não foi uma boa regra; foi apenas o mínimo para evitar que o parlamento alemão se envolvesse no assunto. Eles criaram um corpo de controle auto-regulador na Bolsa de Valores de Frankfurt, com o ex-presidente do tribunal de apelação de Frankfurt como presidente. No entanto, o *enforcement* não tinha publicidade! Ninguém sabia se tinha havido caso de *insider trading* ou se um *insider* tinha sido considerado culpado por violar o código. O que era pior, como a adesão ao código era completamente voluntária, um *insider* que estivesse envolvido em procedimentos de controle auto-regulatórios poderia declarar que não mais aderiria ao Código e, por consequência, interromper os procedimentos. O resultado foi, é claro, a não existência de confiabilidade do público. Era apenas algo para manter as pessoas em silêncio. Confiar apenas na auto-regulação pode ser perigoso e para certas questões precisa-se de regras obrigatórias. Por outro lado, a auto-regulação faz muito sentido se uma companhia sinaliza que é melhor que seus concorrentes que não seguem as regras de auto-regulação. Os economistas chamam isto de efeito de sinalização, auto-sinalização, e dizem que isso acontece com o mercado de ações. Existem segmentos em que estas companhias, muitas vezes internacionais, têm a possibilidade de mostrar para o mercado: "É lucrativo investir na nossa companhia porque somos muito bons, fornecemos informações adequadas entre outras coisas" Esta situação é boa e deve ser incentivada. Eu acredito que o mercado de ações brasileiro é muito bem-sucedido neste aspecto.

Viviane Muller Prado

Para terminar esta entrevista, gostaríamos de ouvi-lo sobre pesquisa e ensino do Direito e saber a sua opinião sobre qual deveria ser a agenda para as pesquisas de direito comparado em matéria societária e como o ensino jurídico deveria ser pensado para promover uma cultura de estudos comparativos?

Professor Klaus J. Hopt

No que diz respeito à pesquisa, meu artigo¹⁰ oferece uma pauta de pesquisas completa com campos de pesquisa e tópicos

específicos. De maneira geral, a comparação e o Direito Comparado são importantes. Estude o sistema americano assim como o europeu, não apenas um deles. Observe o movimento dos códigos modernos, não apenas a legislação. Observe o que está acontecendo na harmonização do direito societário e de mercado de valores mobiliários na União Européia. Há um novo livro em inglês sobre direito de societário¹¹ que você deveria olhar. Foi escrito por um de meus ex-alunos, Stefan Grundmann, que agora é um colega na *Humboldt University* em Berlim. É uma ferramenta muito útil para aprender e comparar. É claro que você deve fazer isso de maneira funcional. Se fizer isso de uma maneira mais voltada para a economia, você pode estudar o *The Anatomy of Corporate Law*. Depois disso, você deveria estudar teoria econômica e artigos sobre economia como uma espécie de segundo estágio. Em seguida ainda você poderia ir a um terceiro estágio, na abordagem da nova economia, onde você vai ver coisas como o que La Porta e seu pessoal fazem. Isso é, aliás, algo interessante como uma nova ferramenta; entretanto, pesquisadores freqüentemente se enganam porque seu material de pesquisa não é bom o bastante. Por exemplo, quando lidam com as regras de *insider trading* e a alemã *Konzerrecht*, eles fazem um estudo comparativo dos países e pegam um antigo artigo meu, de muitos anos atrás que por acaso estava em inglês. Desde aquela época as coisas mudaram. Durante esse tempo, na Alemanha, surgiram dados muito mais sofisticados para se trabalhar que eles não tomaram conhecimento (ou não puderam ler).

Meu conselho para vocês como advogados é: chega-se a um ponto onde você questiona uma lei como ela é, pensa bastante a respeito, considera se deveria deixar tudo para os economistas e depois passa a aplicar a ciência econômica aos fenômenos legais. Tudo depende de onde você vai, se é a academia, o campo prático, apenas doméstico ou internacional. Pessoalmente eu acredito que precisamos de ambos. Precisamos de advogados que conheçam os procedimentos legais, suas instituições, arbitragem e nossos valores legais. Eles estão abertos para o que acontece na economia; eles olham as coisas e conversam com os economistas. Mas não devem tentar ser economistas, porque economistas conheçam melhor a própria profissão, conhecem

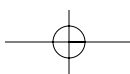
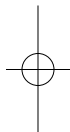
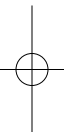
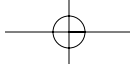
a teoria financeira, matemática e são capazes de construir modelos. Cada um deve ter como objetivo ser forte em seu campo de atuação e disciplina. Consiga um bom advogado e um bom economista, faça com que fiquem interessados e eles trabalharão juntos. Esse, provavelmente, é o melhor caminho.

Viviane Muller Prado

Estamos muito gratos, professor Hopt, por essa entrevista. Muitíssimo obrigada.

Professor Klaus J. Hopt

Foi uma experiência muito interessante e eu os parablenzo porque fizeram perguntas muito boas. Sei que preparar boas perguntas é fruto de muito trabalho. Desejo felicidades para você e seus alunos. Muito obrigado.



NOTAS

1 Sobre este projeto ver: http://ec.europa.eu/internal_market/company/modern/index_en.htm. O grupo foi formado pelos seguintes membros: Jaap WINTER, José Maria GARRIDO GARCIA, Klaus HOPT, Jonathan RICKFORD, Guido ROSSI, Jan SCHANS CHRISTENSEN e Joëlle SIMON.

2 O conteúdo da conferência foi publicado na Revista DIREITO GV n. 7.

3 Referimo-nos à entrevista com o Professor David Trubek, publicada na Revista DIREITO GV n. 6.

4 HOPT, Klaus J. Corporate law, corporate governance and takeover law in the European Union Stocktaking. reform problems and perspectives. Em: (2007) 20 *Australian Journal of Corporate Law* 244-264, e HOPT, Klaus J. Comparative Company Law. Em: M. Reimann, K. Zimmermann (eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*, Oxford (Oxford University Press) 2006, p. 1161-1191.

5 Roberta Romano é Oscar M. Reubhausen Professor of Law e diretora da Yale Law School Center for the Study of Corporate Law.

6 A palestra “*Company Law Modernization: Transatlantic Perspective*” aconteceu em 17 de setembro de 2007.

7 PRADO, Viviane Muller e TRONCOSO, Maria Clara. Grupos de empresas na jurisprudência do STJ. Disponível em: <http://www.direitogv.com.br/AppData/Publication/WP1.pdf>.

8 KRAAKMAN, Reippler R.; DAVIES, Paul; HANSMANN, Henry; HERTIG, Gerard; HOPT, Klaus J.; KANDA, Hideki; ROCK, Edward B. *The Anatomy of Corporate Law. A corporate and functional approach*. Oxford U, New York, 2004.

9 KRAAKMAN, Reippler R.; DAVIES, Paul; HANSMANN, Henry; HERTIG, Gerard; HOPT, Klaus J.; KANDA, Hideki; ROCK, Edward B. *The Anatomy of Corporate Law. A corporate and functional approach*. Oxford U, New York, 2004.

10 HOPT, Klaus J. Comparative Company Law. In: M. Reimann, K. Zimmermann (eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Law*, Oxford (Oxford University Press) 2006, p. 1161-1191.

UMA CONVERSA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO COMPARADO COM O PROFESSOR KLAUS HOPT

11 GRUNDMANN, Stefan; MÖSLEIN, Florain. *European Company Law – Organization, Finance and Capital Markets*. Antwerpen, Oxford (intersentia) 2007.

CADERNOS DIREITO GV

APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA EM DIREITO NO BRASIL .1

Marcos Nobre

IMPACT OF THE WTO AGREEMENT ON TEXTILES & CLOTHING ON BRAZILIAN EXPORTS .2 OF TEXTILES AND CLOTHING TO THE UNITED STATES

Guido Fernando S. Soares,
Maria Lúcia Pádua Lima,
Maria Carolina M. de Barros,
Michelle Ratton Sanchez,
Sérgio Goldbaum,
Elaini C. Silva

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA .3

Direito GV
e Valor Econômico

O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO .4

Luciana Gross Cunha,
Alexandre dos Santos Cunha,
Flávia Scabin,
Mariana Macário,
Marcelo Issa

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DO DIREITO .5

Flávia Portella Püschel,
José Rodrigo Rodriguez

I SIMPÓSIO OAB-SP E FGV-EDESP SOBRE DIREITO EMPRESARIAL E NOVO CÓDIGO CIVIL .6

OAB-SP e Direito GV

PREMISSAS DO PROJETO DA DIREITO GV PARA DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO .7 PARA O CURSO DE DIREITO; DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Maurício P. Ribeiro

MODELOS DE ADJUDICAÇÃO/ MODELS OF ADJUDICATION .8

Owen Fiss

RELATÓRIO DA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO .9 E MERCADO DE CAPITAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Viviane Muller Prado,
Vinícius C. Buranelli

PODER CONCEDENTE E MARCO REGULATÓRIO NO SANEAMENTO BÁSICO .10

Alexandre dos Santos Cunha,
André V. Nahoum,
Conrado H. Mendes,
Diogo R. Coutinho,
Fernanda M. Ferreira,
Frederico de A. Turolla

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO .11
Luciana Gross Cunha (org)

FOCOS – CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .12

Michelle Ratton Sanchez (org),
Cassio Luiz de França (org),
Elaini C. G. da Silva (org)

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS .13

Ana Mara F. Machado,
Rafael Francisco Alves

FOCOS – FÓRUM CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .14

Cassio Luiz de França (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL NO BRASIL .15

Maíra Rocha Machado,
Marco Aurélio C. Braga

O MÉTODO DE LEITURA ESTRUTURAL .16

Ronaldo Porto Macedo Júnior

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: COMÉRCIO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA OMC .17
– COMUNIDADES EUROPEIAS VS. BRASIL: O CASO DOS PNEUS

Juana Kweitel (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

EXPERIÊNCIAS E MATERIAIS SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZADO DA DIREITO GV .18

Rafael Domingos F. Vanzella (org)

O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK .19

José Rodrigo Rodriguez (coord),
Ana Mara Machado,
Luisa Ferreira,
Gisela Mation,
Rafael Andrade,
Bruno Pereira

A FORMAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO .20
A CRIAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE COMÉRCIO DO IMPÉRIO

José Reinaldo de Lima Lopes

TRIBUTAÇÃO, RESPONSABILIDADE FISCAL E DESENVOLVIMENTO: .21
DIREITO À TRANSPARÊNCIA ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DA CPMF E DA CIDE-COMBUSTÍVEIS

Eurico Marcos Diniz de Santi (coord)
Tathiane dos Santos Piscitelli,
Andréa Mascitto

O QUE É PESQUISA EM DIREITO E ECONOMIA .22

Bruno Meyerhof Salama

LIMITES DO DIREITO PENAL .23

PRINCÍPIOS E DESAFIOS DO NOVO PROGRAMA DE PESQUISA EM DIREITO PENAL NO INSTITUTO MAX-
PLANCK DE DIREITO PENAL ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL
Prof. Dr. Dr. h.c. Ulrich Sieber, Freiburg i. Br.

UMA ETNOGRAFIA DE CARTÓRIOS JUDICIAIS .24

EFEITOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CARTÓRIOS JUDICIAIS SOBRE
A MOROSIDADE PROCESSUAL: ESTUDO DE CASOS EM CARTÓRIOS JUDICIAIS
DO ESTADO DE SÃO PAULO - *LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO*
Paulo Eduardo Alves da Silva (coord.)

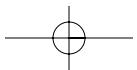
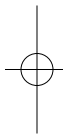
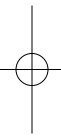
PESQUISA EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO .25
DIREITO GV

MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO .26

APRESENTAÇÃO - Ary Oswaldo Mattos Filho
AULA INAUGURAL - José Eduardo Campos de Oliveira Faria
APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA - Oscar Vilhena Vieira, Ronaldo Porto
Macedo Jr., Flavia Portella Püschel e Carlos Ari Vieira Sundfeld

DRUG COUNTERFEIT AND PENAL LAW IN BRAZIL .27

Coordinator: Marta Rodriguez de Assis Machado
Authors: Dr. Marta Rodriguez de Assis Machado , Ana Carolina Alfinito Vieira,
Carolina Cutrupi Ferreira, Vivian Cristina Schorscher



ANOTAÇÕES

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

